

Caso de Saúde Pública

A violência no trânsito foi o tema eleito para o Dia Mundial de Saúde, comemorado ontem. Segurança nas estradas do país estará na pauta de discussões durante este ano. A Organização Mundial de Saúde estima que, em todo o mundo, 1,2 milhão de pessoas morrem vítimas de acidentes. Deste total, metade tem entre 15 e 44 anos de idade, a parcela jovem das sociedades que está ingressando ou compõe o segmento produtivo. No Brasil, segundo o Ministério da Saúde, em 2002, 32 mil pessoas morreram nas estradas do País.

O Departamento de Trânsito do DF contabilizou, no período de 1999 a 2002, 497 mortes nas estradas locais. O Instituto Brasileiro de Segurança de Trânsito estima que 8% dos óbitos na capital decorrem de acidentes no trânsito.

Excluindo o aspecto mais relevante e de valor imensurável que é a vida, a violência no trânsito tem impactos profundos na economia. Os acidentes interferem nas atividades produtivas, nos custos médico-hospita-

lares, no Judiciário, na Previdência Social, no mobiliário urbano, nos meios transportes, na segurança pública, entre outros. A soma de todas essas interferências representa perdas de milhões de dólares que poderiam ser direcionados às atividades produtivas. Há impactos também na família que vão desde a alteração da rotina doméstica até a interferência no orçamento.

Não há como postergar um debate profundo, envolvendo os diferentes segmentos da sociedade. Tanto os números quanto a repercussão provocada por um acidente nas estradas são alarmantes. Produzem situações inimagináveis por quem assume o comando de um veículo.

A realidade dos dados exigem uma reflexão dos condutores de veículos. Mas não exime o Estado do dever de manter as rodovias em condições adequadas de tráfego. Se a imprudência e a imperícia têm parcela de culpa na insegurança do trânsito, não é menor a responsabilidade do Estado, frente às péssimas condições das rodovias nacionais e locais.